

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

REGIÃO, POPULAÇÃO E TERRITORIALIDADES CHAVES DA REDE DE CIDADES DA BACIA DO
SÃO FRANCISCO

Ralfo Matos (UFMG)

Carlos Lobo (UNI-BH)

João Stefani (UNI-BH)

Fernando Braga (UNIVERSO)

Pedro Valle (UNI-BH)

Região, População e Territorialidades Chaves da Rede de Cidades da Bacia do São Francisco

Resumo

Ainda que o conceito de Região varie conforme as perspectivas e objetivos das análises, ele encerra, enquanto substância fundamental, a necessidade de apreensão das diferenças que marcam o espaço historicamente produzido. Nesse sentido, dada importância histórica da bacia do Rio São Francisco, torna-se necessário um esforço de regionalização que visa reconhecer a diversidade estrutural e das inter-relações que marcam sua rede de lugares urbanos. Esse estudo faz parte de uma pesquisa maior denominada “*População e Territorialidades Chaves na Rede de Cidades da Bacia do São Francisco*”, e busca, a partir da definição de recortes sub-regionais, e da hierarquização dos centros urbanos, baseados em critérios econômicos e demográficos. Ao reconhecer a importância das mudanças de *status* na rede de localidades ao longo da última metade do século XX, busca-se oferecer uma contribuição para propostas de planejamento regional, sobretudo, por ensejar novas possibilidades para interpretar os subespaços, e reconhecer caminhos para o desenvolvimento humano da região.

Introdução

Historicamente, cabia a Geografia a competência para a realização de estudos sobre as múltiplas relações entre as sociedades humanas em um espaço concreto. O ponto de vista geográfico focalizava a localização de um determinado fenômeno, bem como o exame de suas relações com os elementos que compreendem esse espaço. A diferenciação e organização espacial também permitiriam a identificação de regiões, objeto “*in loco*” da análise geográfica. Contudo, mesmo diante de todo esforço que diferentes correntes teóricas empreenderam ao longo do tempo na tentativa de definir o que seja região, variadas acepções e significados foram dadas a esse conceito. Ainda que não seja consensual, região alude a uma área de localização específica, contígua e limitada fisicamente, com algum tipo de individualidade e regularidade verificada em um determinado intervalo de tempo, conforme critérios previamente estabelecidos. Esse ponto de partida permite que se defina na bacia do

São Francisco uma região delimitada por características geográficas e pela complexa relação de atributos humanos e ambientais.

De acordo com limites estabelecidos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) a bacia do São Francisco compreende uma área de aproximadamente 640 mil Km², que abrange seis estados do país: Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, e Sergipe (incluindo o Distrito Federal). Conforme a divisão político/administrativa de 2000 faziam parte da Bacia 503 municípios, que incorporavam mais de 16 milhões de habitantes. Essa magnitude demográfica e territorial encerra também uma ampla diversidade geográfica que envolve: desde a força econômica da zona metalúrgica mineira, às duras condições sociais do sertão baiano; as terras altas da Mantiqueira e o Semi-Árido nordestino; o litoral de Sergipe e Alagoas e a Chapada Diamantina. Essa mesma região ainda guarda uma rica diversidade cultural e uma importância social estratégica para o país, o que confere ao São Francisco, não por acaso, o título de “*rio de integração nacional*”.

Esse estudo¹, ao resgatar o conceito e a operacionalização de região, busca investir no que se denomina de análise espacial. Nessa perspectiva, optou-se em trabalhar com a bacia do São Francisco a partir da delimitação de divisões regionais e identificação de centros urbanos com maior peso em termos da concentração demográfica e da contribuição das atividades econômicas no interior das sub-regiões. Através deste esforço metodológico, busca-se desenvolver critérios para abordagens que contemplem uma análise dos aspectos inerentes a organização espacial e à economia da região.

Investir na compreensão dessa realidade, ainda que parcialmente, é um desafio motivador. Olhar pela lente da análise geográfica, considerando o papel das localidades mais dinâmicas economicamente na região, concebidas como territorialidades chaves, pode ser especialmente relevante no atual contexto em que se discute nacionalmente a implementação do polêmico projeto de transposição do rio São Francisco. A região enfrenta uma série de problemas associados à distribuição desigual de riqueza e a excessiva concentração de recursos econômicos em certos subespaços, ao lado do pouco dinamismo de determinadas áreas que, inclusive, já foram muito mais importantes outrora. Na atualidade, há muitos lugares prósperos no Brasil, seja no interior, seja no litoral. Há, ademais, um diferencial que tipifica o Brasil moderno, uma rede de localidades com níveis de integração relativamente altos. Contudo, permanece pouco conhecida uma série de relações socioespaciais e econômico-demográficas que devem representar potencialidades não desprezíveis de desenvolvimento humano regional. O conhecimento dessas dimensões, ao produzir determinados indicadores

sociais, pode contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao planejamento regional e urbano, e, em consequência, auxiliar no combate à exclusão e pobreza.

Região e divisão regional

Região tem sido um conceito recorrentemente requerido na análise geográfica, o que tem exigido várias discussões e investimentos tanto no plano teórico, como metodológico. Ainda que essa assertiva possa ser aparentemente consensual, a ênfase nos estudos regionais na Geografia e a operacionalização do conceito de região foram e ainda são objetos de debates e dissenso. Em vários momentos a região surge como um simples apêndice da análise geográfica (GOMES, 1995), sendo restrita a uma das etapas do processo de classificação de áreas, ou mesmo como um simples resultado dos diferentes modos de produção e reprodução do capital.

Não obstante as recorrentes controvérsias, a categoria região assumiu diferentes interpretações ao longo da evolução do pensamento geográfico. Pelo menos dois embates, como destacado por Gomes (1995), devem ser resgatados. O primeiro deles é mediado pelas noções de *região natural* e *região geográfica*, e as respectivas formas de influência do meio ambiente na organização do espaço. Se o conceito de *região natural* nasce da idéia de que o ambiente apresenta certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento social, a idéia de *região geográfica* pressupõe que a diferenciação espacial é um resultado da ação humana, dada as possibilidades disponíveis no ambiente. O que entra em questão é o diferente peso atribuído às condições naturais como modelo de explicação da diversidade social. Outro debate relevante diz respeito a aparente controvérsia entre a chamada *Geografia Geral* e a *Geografia Regional*, entre a ciência do geral e a do singular. No primeiro caso, o modelo é analítico e se propõe a elaborar leis e regras gerais. A região é considerada como um resultado de processos classificatórios, útil apenas à compreensão de um dado fenômeno social. Na perspectiva da *Geografia Regional* o modelo é sintético, e a identidade da região deve ser tomada em toda sua complexidade. A região seria vista como uma realidade auto-evidente, fisicamente constituída, sendo seus limites definidos pela coerência interna dos elementos integrantes ou pelo sentimento de identidade ou de pertencimento social (GOMES, 1995).

Com as duras críticas sobre a abordagem regional da *Geografia Clássica*, observou-se a difusão de metodologias de regionalização baseadas na *lógica formal*, que caracterizava a dita *Nova Geografia*, fortalecida a partir de meados do século passado. O conceito de região passou a ser utilizado para qualquer unidade espacial, conforme atributos e propósitos estabelecidos no processo de regionalização (DUARTE, 1980). Nesse momento, eram

difundidos os conceitos de *região homogênea/uniforme* e *região funcional/polarizada*, consagrado o campo temático que ficou conhecido como *análise regional*². Em várias circunstâncias, como descreve Duarte (1980), essas tipologias de análise permitiram reconhecer a estrutura espacial para fins de planejamento territorial (foram delimitadas as conhecidas regiões de planejamento), o que serviu de base para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

A delimitação sub-regional da bacia do São Francisco

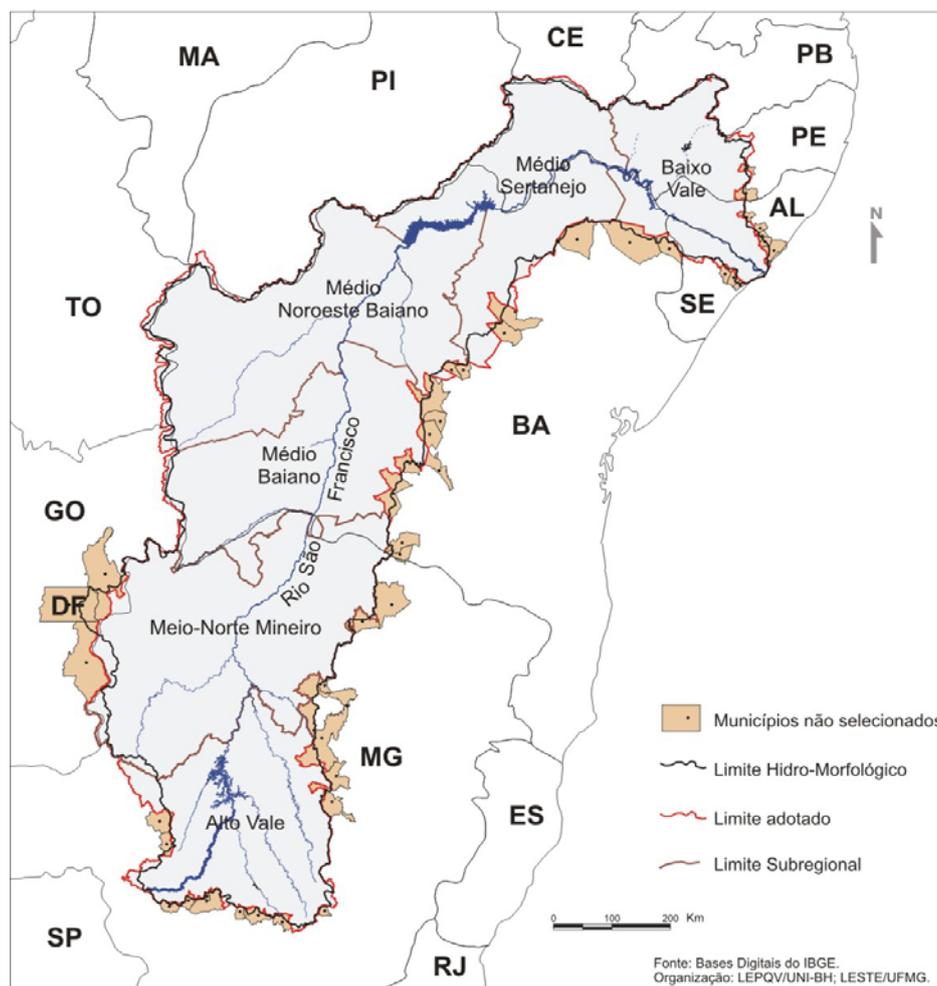
Mesmo que não seja nosso objetivo a discussão teórica e conceitual de região, nem tão pouco resolver as controvérsias ainda existentes, algumas armadilhas metodológicas podem ser evitadas quando definidos os propósitos e os critérios da regionalização utilizada. A breve revisão da literatura permite sublinhar formas de operacionalização do conceito região, como foi sugerido por Duarte (1980, p.25), que a considera um objeto científico e “*uma dimensão espacial das especificidades sociais (...) Ela passa a ser um objeto para entender uma totalidade social e a organização do espaço por essa totalidade.*” Como a proposta dessa pesquisa parte da identificação de *territorialidades chaves* da bacia do São Francisco, foram estabelecidos recortes regionais com base em elementos da *hidro-morfologia* da bacia, adequados aos limites dos municípios e das Unidades da Federação que integram a Bacia. A partir dos contornos regionais, foram identificados os chamados centros regionais e sub-regionais com base no tamanho da população e no peso econômico de cada município, bem como sua interação com as demais localidades da região.

Em um primeiro momento, contudo, para que fosse possível produzir e analisar dados de forma desagregada, mantendo o município como unidade espacial de análise, tornou-se necessário adequar à delimitação *hidro-morfológica*³ da bacia aos contornos dos limites político-administrativos, com base na divisão municipal de 2000. Para tal, foram selecionados apenas os municípios cuja sede distrital estava contida dentro dos limites da bacia hidrográfica (dos 503 municípios que integravam a área definida pela CODEVASF, 47 foram excluídos, ver Figura 1). Da fusão dos 456 municípios selecionados foi forjado um novo recorte regional, bastante similar aos contornos originais da bacia hidrográfica (ver limites de delimitação também representados na Figura 1). A partir desse novo limite da Bacia, foram estabelecidas cinco divisões subdivisões regionais, denominadas: Alto Vale, Meio-Norte Mineiro, Médio Baiano, Médio Noroeste Baiano, Médio Sertanejo e Baixo Vale. Ainda que os limites sub-regionais tenham sido definidos, *a priori*, a partir da estrutura hidrográfica da

bacia do São Francisco, foram também considerados os limites estaduais, bem como determinadas características geográficas de cada região.

A divisão sub-regional possibilita ir além de uma mera desagregação espacial. A partir dela pode-se observar relações em escala mais ampliada, o que facilita a identificação e análise de processos espaciais pouco visíveis quando restritos a dimensão macroregional. O reconhecimento das chamadas *territorialidades chaves* também exige a análise de determinadas verticalidades, visto que a apropriação social do espaço não se restringe às relações que ocorrem em uma única escala. Em várias circunstâncias, é possível identificar territórios imbricados e sobrepostos, apropriados por diferentes sujeitos sociais. Dessa complexidade surge a necessidade de recorrer ao conceito de rede urbana, dada a forte interação entre os elementos que formam os *fixos e os fluxos* do espaço regional, como propunha Milton Santos. Reconhecer e compreender essa dinâmica introduz maior visibilidade aos processos espaciais responsáveis pela geografia regional da bacia do São Francisco.

FIGURA 1
Delimitação da Bacia do São Francisco e Sub-regiões



Rede urbana e rede de territorialidades chaves

Os estudos sobre redes urbanas tiveram como ponto de partida o clássico trabalho de Walter Christaller, que deu origem a “Teoria dos Lugares Centrais”. Partindo da análise de uma planície isotrópica, esse autor procurou demonstrar que existia uma ordem nos padrões de povoamento das regiões ao sul da Alemanha, relacionada à centralidade exercida por alguns núcleos urbanos. Mesmo utilizando-se de pressupostos neoclássicos, seu trabalho inovou ao ressaltar o fato de que o tamanho e a localização das cidades obedeciam a uma organização definida pelo raio de ação do mercado de determinados bens de consumo, áreas concêntricas que estabeleciam um processo de hierarquização entre as cidades da região (BRADFORD, 1977).

No Brasil, um dos estudos pioneiros sobre a rede urbana pode ser atribuído a Pierre Deffontaines, quando ainda na década de 1940 abordou diferentes categorias de centros urbanos existentes no Brasil e explicitando as principais razões para o estabelecimento das aglomerações. Segundo este autor, em fins da primeira metade do século XX, o Brasil ainda não contava com uma rede de cidades bem desenvolvida, os núcleos populacionais eram marcados por grande crescimento e alta instabilidade, dado que a pequena divisão do trabalho ainda não havia possibilitado a formação de aptidões regionais e especializações em relação ao quadro urbano.

Outro nome importante nos estudos sobre a rede de cidades brasileira foi Pierre Monbeig. Este autor analisou a formação da rede urbana paulista, demonstrando como a cidade de São Paulo transformou-se de um pequeno vilarejo fundado por Jesuítas na maior metrópole do país. A prospera cultura de café no século XIX trouxe profundas mudanças para a cidade e seu entorno, motivadas, principalmente, pela instalação de uma rede ferroviária que articulava eficientemente São Paulo com várias localidades dentro do Estado. (NEGRI, 1996).

Também merece destaque o estudo da rede de cidades desenvolvido pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, intitulado “*Evolução da Rede Urbana Brasileira*”. Neste trabalho, publicado em 1963, o autor explica como determinados núcleos urbanos do país, sob influência do processo de industrialização, começavam a estabelecer áreas de influência sobre outros centros urbanos de menor porte, dando origem a uma configuração espacial, que acabaria por reforçar alteração da matriz produtiva de tipo agrário-exportador para o urbano-industrial. A partir da década de 1960, vários estudos sobre a rede urbana brasileira sofrem grande influência de Michel Rochefort. Para esse autor, a identificação das hierarquias urbanas poderia ser realizada a partir da análise do peso das atividades terciárias em relação a

população economicamente ativa. Essa metodologia partia do pressuposto que, quanto maior e mais diversificado o setor de serviços, maior também são os laços de dependência estabelecidos com os centros no entorno (CORREA, 1968).

Também merece ser mencionado o trabalho desenvolvido por Milton Santos, em sua célebre teoria dos dois circuitos da economia urbana, quando elabora categorias de análise para interpretação das redes de cidades dos países subdesenvolvidos, os quais, por serem marcados por desigualdades mais agudas em relação aos países industrializados, não admitiam a simples transposição de modelos baseados em redes de baixa polarização, comuns aos países desenvolvidos. Os dois circuitos referiam-se, simplificada, as formas de distribuição e consumo que o sistema de comércio exprimia em estruturas sociais marcadas por extrema desigualdade. Esses circuitos não são opostos, mas sim parte de um sistema integrado em que diferentes atores se valem conforme suas necessidades e facilidades disponíveis (SANTOS, 1978).

Estudos mais recentes sobre a economia brasileira vêm demonstrando que a histórica polarização dos grandes centros urbanos está declinando a favor de um processo de desconcentração produtiva e demográfica (DINIZ, 1993; DINIZ e CROOCO, 1996). A ação das *deseconomias de aglomeração* presentes nos grandes centros urbanos tem impulsionado o crescimento do número de cidades de porte médio ao longo das regiões mais desenvolvidas do país, cooperando para reduzir a concentração no interior da rede urbana e para aumentar as possibilidades de compartilhamento dos fatores de desenvolvimento entre as regiões (AMORIM e SERRA, 2001).

Associado ao processo de globalização, o espaço urbano brasileiro passa a ser diretamente influenciado pelo incremento da influência da tecnologia e da informação no controle do território, o que estabelecerá novos canais para os diversos tipos de fluxos entre os centros urbanos. A partir deste processo, novos centros, já integrados as inovações na estrutura técnica, podem surgir como potenciais de desenvolvimento e como nódulos de influência na rede urbana (SANTOS, 2001). Neste contexto, destacar-se-ia o fato de que a expansão da rede urbana brasileira não ocorre apenas dentro de espaços resultantes exclusivamente dos processos de desconcentração concentrada da produção industrial. Acrescentar-se-iam a eles mecanismos de expansão da rede urbana atrelados ao surgimento de ilhas de desenvolvimento em várias partes do território nacional, ora pela extensiva exploração de recursos naturais, ora pelas facilidades de inserção dos espaços em circuitos da globalização diante do encurtamento das distâncias promovidos pelo avanço das comunicações. Estes processos de integração

competitiva dos espaços vêm aumentando a complexidade da rede urbana brasileira, visto que as áreas de atração de investimentos e população têm se diversificado nos últimos anos (BECKER, 1991).

Nota-se, portanto, que os estudos sobre redes urbanas referem-se, de um modo geral, a identificação de centralidades dentro de um contexto de localidades articuladas por vínculos de natureza diversa. O próprio conceito de centralidade necessariamente alude a um contexto social imbuído de relações. Em uma rede qualquer, os atores somente ocupam uma posição de centralidade quando são capazes de estabelecer laços diretos e duradouros com a maioria dos outros atores presentes na rede. Assim, quando se faz a prospecção das cidades centrais no interior das redes urbanas regionais, via de regra, os resultados destacam os núcleos urbanos dotados de equipamentos urbanos, mercados de trabalho dinâmicos, elevado poder de atração de pessoas e investimentos, enfim, condições suficientes para conferir-lhes uma posição de controle e intermediação nos fluxos materiais e simbólicos que circulam na região.

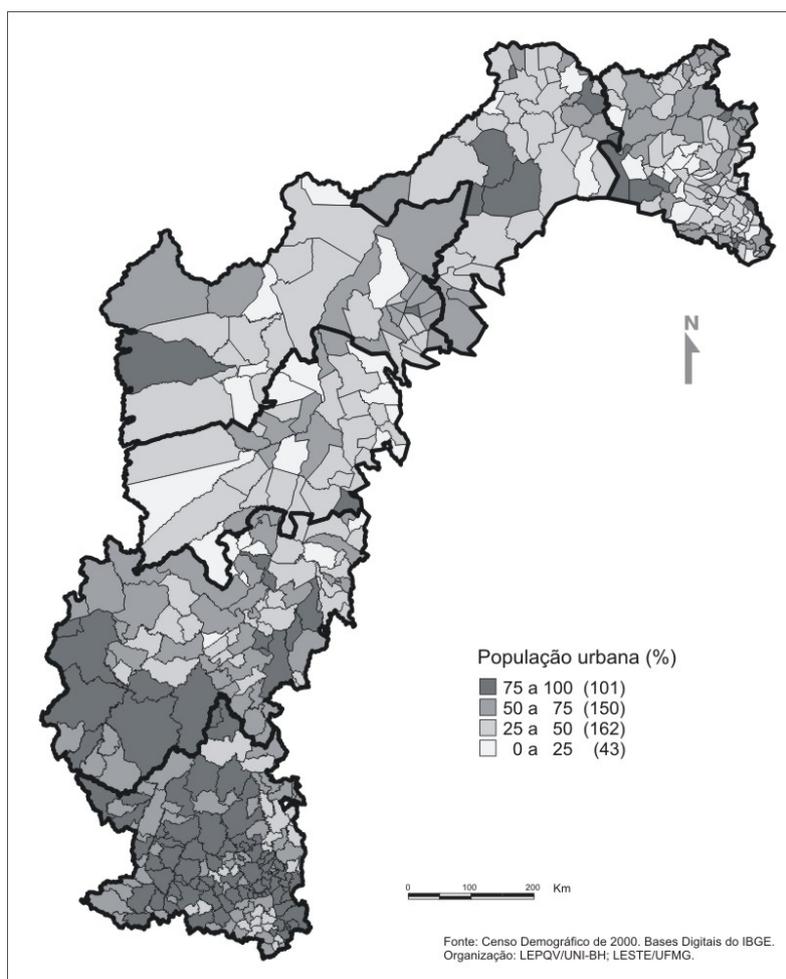
Os conceitos de centralidade e territorialidade, desta maneira, associam-se ao estabelecimento de poder nas redes de relações. Isto significa dizer que o poder é uma característica eminentemente relacional, ou seja, nenhuma pessoa, cidade, empresa ou país pode exercer poder se não estiver inserido em um sistema de relações que distribua poder (HANNEMAN, 2000). A partir da idéia de territórios em uma sociedade em rede é possível admitir que a atual configuração dos sistemas urbanos no Brasil e no Mundo tem sido caracterizada pela formação e consolidação de *territorialidades chaves*. Nelas formam-se núcleos de adensamento populacional relevantes regionalmente, detentores de expressiva centralidade nas redes nas quais estão inseridos. É com base nessa premissa que se pretende mapear a rede de territorialidades na bacia do São Francisco.

Rede de localidades centrais e territorialidades chaves na bacia do São Francisco

Apesar de o Brasil ter virado o milênio amplamente urbanizado, já que perto de 80% da população reside em áreas urbanas⁴ - conforme dados do Censo Demográfico de 2000 - ainda há fortes diferenças inter-regionais no país. A bacia do São Francisco é um claro exemplo nesse sentido (ver Figura 2). Se por um lado o Alto Vale é marcado pela expressiva participação da população urbana (93,65%), no qual grande parcela dos municípios apresenta altos índices de urbanização, na região do Médio Baiano, por exemplo, menos da metade da população (41,78%) ainda vivia em áreas urbanas no ano 2000. Também são baixas as taxas

de urbanização das subregiões Médio Noroeste Baiano, Médio Sertanejo e Baixo Vale, todas com menos de 56% de população urbana. No cômputo geral, a exceção do Alto Vale, as demais sub-regiões exibem um grande número de municípios com população pouco numerosa, sobrevivendo ainda da prestação de serviços de baixa remuneração, da pecuária extensiva e da agricultura familiar de subsistência, muito susceptíveis às agruras das condições climáticas regionais e das oscilações de preço no mercado.

FIGURA 2
Taxa de urbanização dos municípios da bacia do
São Francisco - 2000



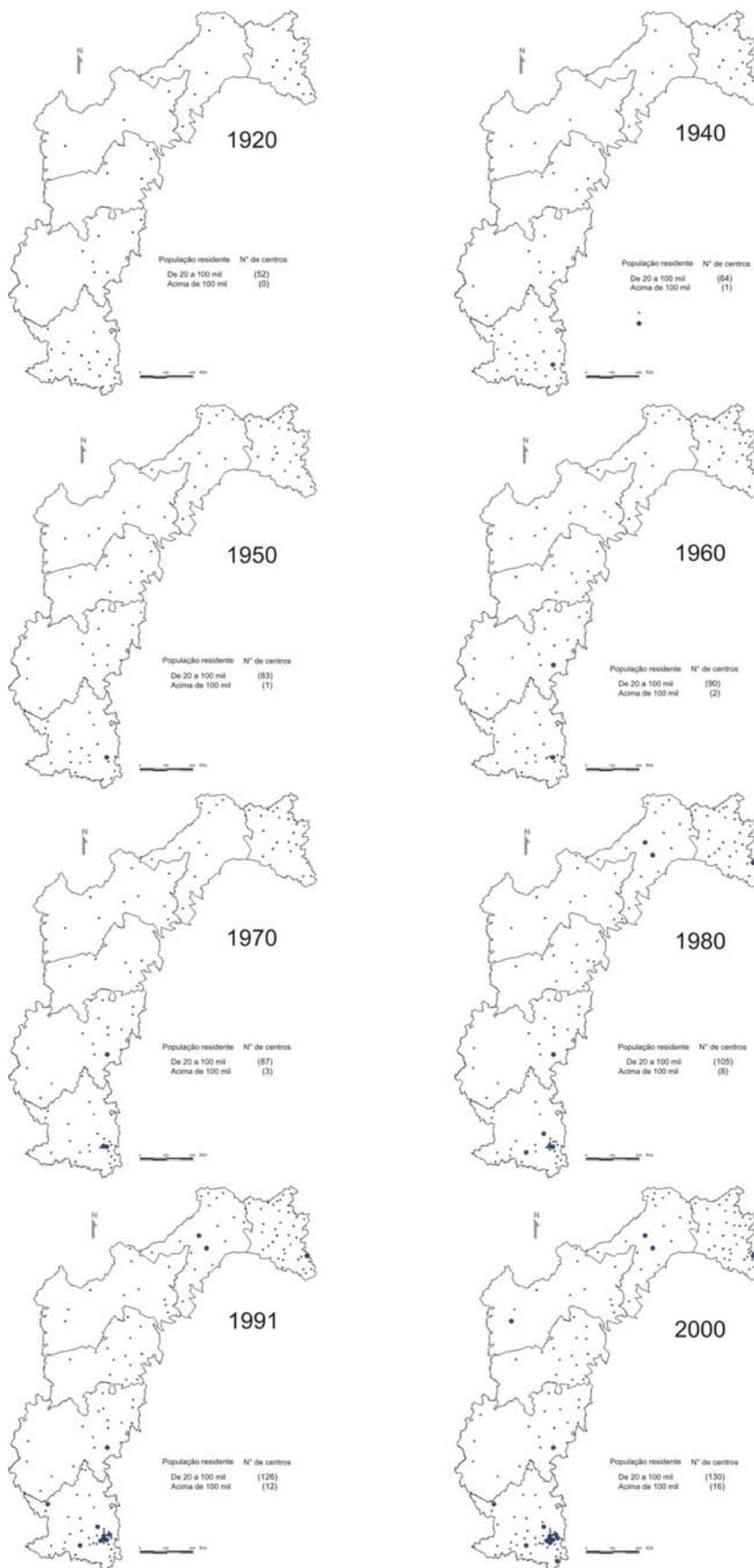
Esses níveis diferenciados de urbanização podem ser vistos como resultado do processo histórico de ocupação da região, bem como da estruturação de rede de cidades no último século (Ver Figura 3). Na década de 1920, por exemplo, havia na região 111 municípios, dentre os quais apenas 52 tinham população superior a 20 mil habitantes. Nesse mesmo período, não havia nenhum município com população superior a 100 mil⁵. As décadas de 1940, 1950 e 1960 marcam o adensamento da rede de localidades centrais da Bacia, sobretudo

no Alto Vale, onde o forte crescimento de Belo Horizonte, apoiado na industrialização e expansão da infra-estrutura regional, fez dela um grande pólo de atração de população e atividades. No período 1960-1970, as mudanças observadas no interior da rede de localidades da bacia associavam-se ao declínio do ritmo de crescimento de muitos municípios em face do recrudescimento do êxodo rural; um grande número de migrantes deixava a região, sobretudo na porção nordestina da bacia, quando a "Meca" da migração brasileira ainda era São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas duas últimas décadas do século XX, verifica-se uma nítida retomada do crescimento de cidades de porte intermediário na região, mesmo que parte significativa dos municípios continuasse perdendo população⁶. Em 2000, havia na Bacia 130 municípios com população entre 20 e 100 mil habitantes. Nesse mesmo período, 16 municípios apresentavam população residente superior a 100 mil pessoas. Esse adensamento da rede de localidades não foi exclusivo ao Alto Vale, sendo também marcante nas porções mais a jusante da bacia, envolvendo também subespaços da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Desta forma, é plausível supor que o crescimento do número de municípios e dos tamanhos populacionais na bacia sinaliza para a redinamização de frações do espaço regional, algo que requer uma confrontação com indicadores econômicos referentes a produção de riqueza municipal. Uma variável *proxi* da produção de riquezas já consagrada na literatura econômica é o Produto Interno Bruto (PIB), que representa o peso econômico do município em um dado momento⁷. Trata-se de uma variável que reflete direta e indiretamente um arranjo espacial de circuitos econômicos que respondem pelos principais fluxos de capital, serviços, mercadorias, mão de obra, os quais podem indicar o nível de influência e o poder econômico exercido por determinadas localidades. Geralmente, delineiam espaços "luminosos", imbricados e carregados de força econômica, o que permite a utilização do conceito *territorialidades chaves*, tendo em vista a imposição e sobreposição da influência econômica dos centros sobre os espaços adjacentes, ou mesmo mais distantes (cidades de menor porte, zonas rurais, periferias metropolitanas, etc).

FIGURA 3
Evolução das localidades centrais na Bacia do São Francisco -1920-2000



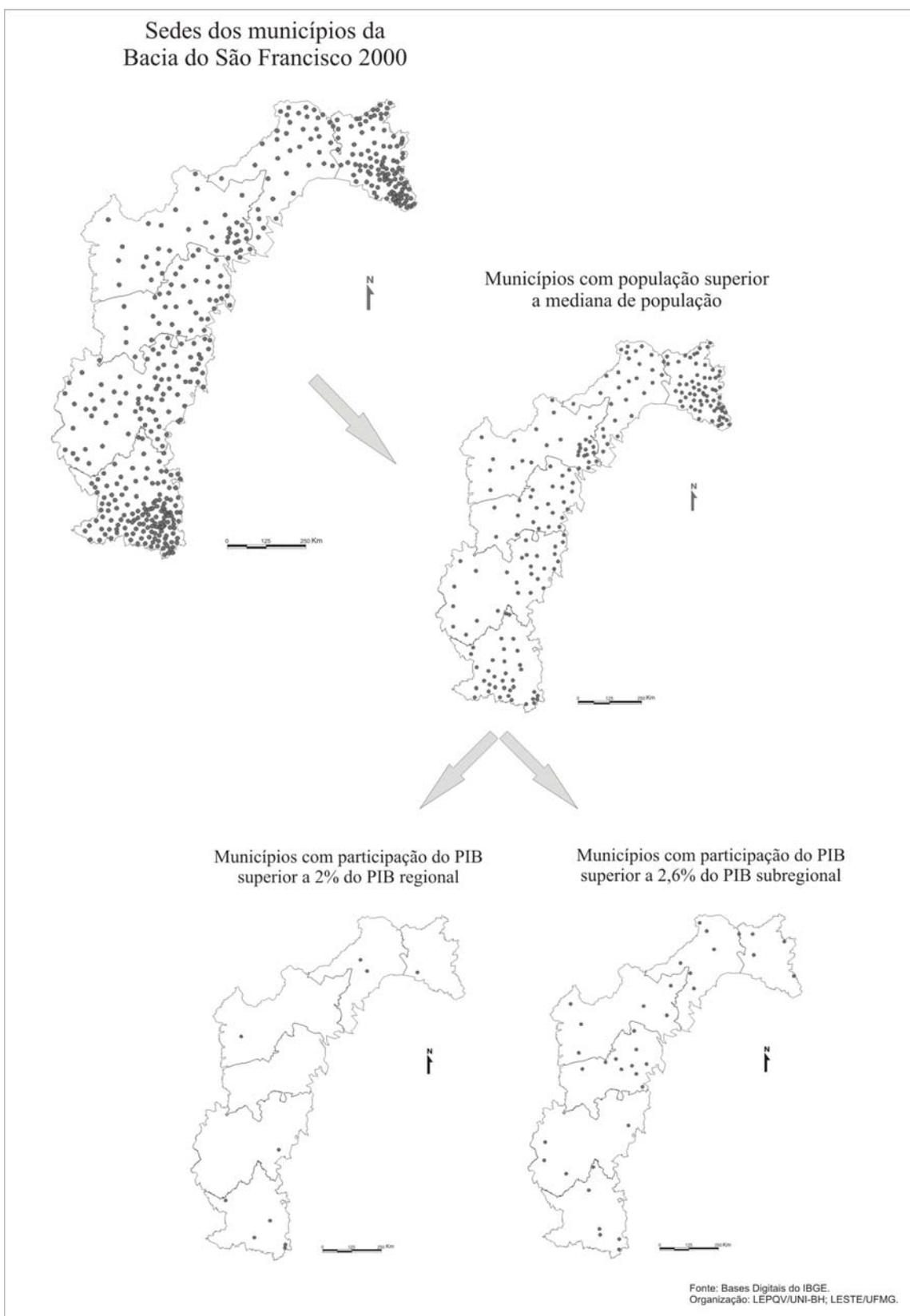
Para que fossem identificadas essas *territorialidades* na bacia do São Francisco, fez-se necessário, porém, individualizar a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), dada sua relevância no contexto regional. Em 2000, a RMBH concentrava em torno de 34% da população residente e 38% do PIB de toda a bacia do São Francisco. Essa primazia econômica e demográfica gera um efeito de subestimação da influência das localidades das demais sub-regiões da bacia quando estimado o peso econômico e demográfico das demais localidades. O isolamento da RMBH foi necessário a fim de definir, tendo em vista os estoques demográficos de cada um dos municípios presentes na bacia, um ponto de corte para identificação das localidades mais expressivas em termos de concentração populacional. Caso a metrópole estivesse inserida no conjunto observado, a aplicação de medidas estatísticas básicas para conhecimento da distribuição da população na bacia iria distorcer o peso real de centros regionais com estoques populacionais relativamente menores do que aqueles observados na aglomeração urbana. Esse problema metodológico é comum na avaliação de redes de cidades caracterizadas por alta polarização de um dos seus nós.

Após a individualização dos municípios da RMBH para fins de hierarquização, a identificação das localidades chave na Bacia do rio São Francisco foi definida a partir dos seguintes critérios de corte, conforme as duas etapas descritas abaixo e representadas na Figura 4:

1ª) foram selecionadas todas as localidades cuja população total fosse superior ao valor da mediana da população de todos os municípios. Nessa etapa, foram identificados 212 municípios, considerados mais expressivos em termos demográficos, tendo em vista que a população também é um importante indicador da concentração de atividades econômicas e da capacidade de centralização e influência dos lugares na rede urbana;

2ª) as localidades selecionadas na primeira etapa foram divididas em dois grupos: • os municípios cujo PIB representasse mais de 2% do PIB do total da Bacia, denominados Centros Regionais, • e aqueles com mais de 2,6% do PIB de cada sub-região na qual estão inseridos, chamados Centros Locais, como podem ser observados na figura 5. Foram selecionadas, desta forma, 47 localidades chaves, com base no ano de 2000, distribuídas da seguinte forma entre as sub-regiões: 11 no Alto Vale, 5 no Médio Norte Mineiro, 10 no Médio Baiano, 7 no Médio Noroeste Baiano, 9 Médio Sertanejo e 5 no Baixo Vale.

FIGURA 4
Etapas na identificação das Centralidades da Bacia

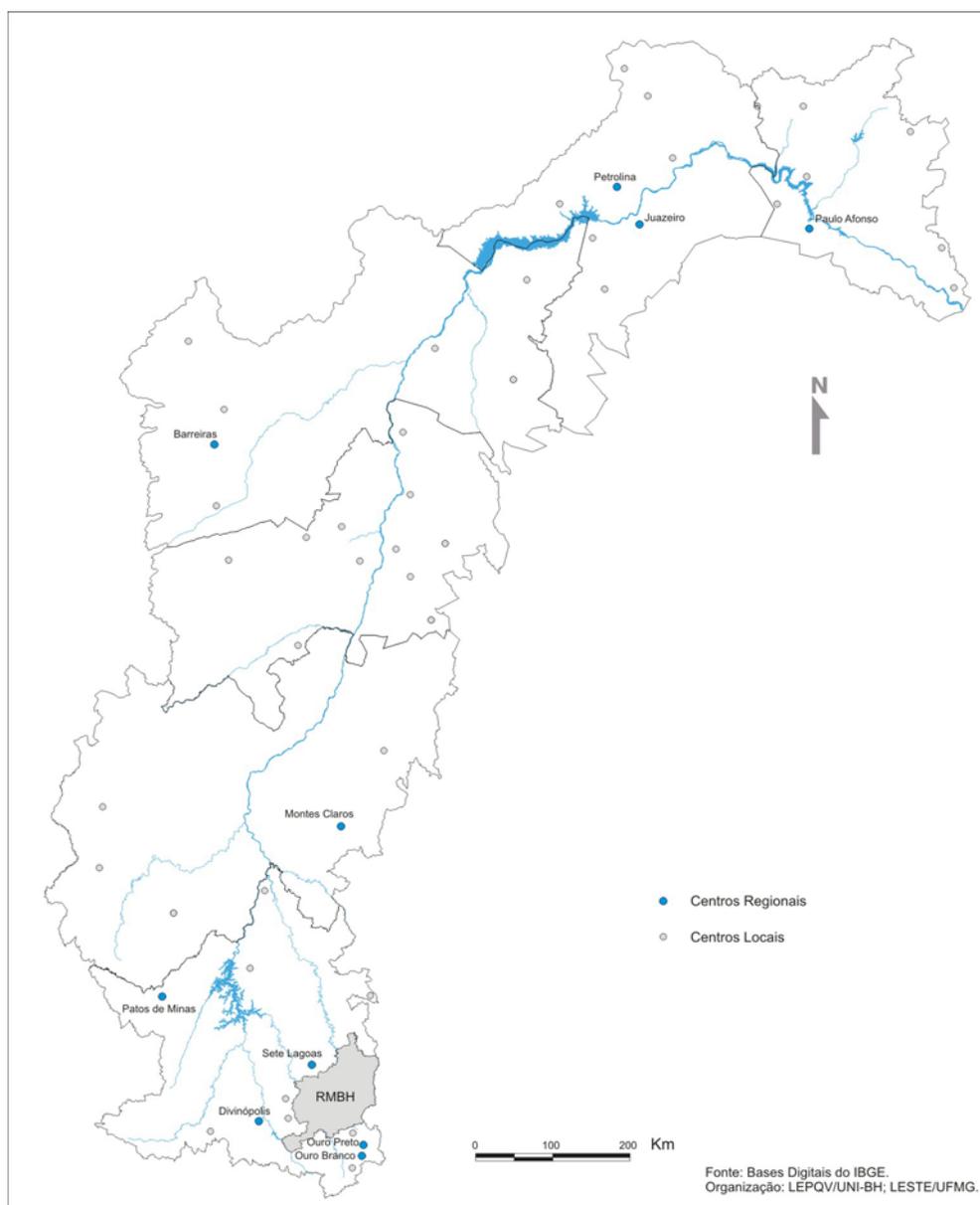


Mesmo com a exclusão da RMBH, ainda é alto o peso das localidades do Alto Vale (11 centros), a exemplo de Divinópolis, Ouro Branco, Ouro Preto, Patos de Minas e Sete Lagoas, todas consideradas como *Centros Regionais*. Apesar da forte vinculação econômica com a exploração minerária e com a economia Belo Horizonte, esses centros possuem um setor terciário desenvolvido e alta complexidade na prestação de serviços, o que assegura certa autonomia regional.

Também polarizado por Belo Horizonte, mas com influências econômicas e culturais da parte baiana da Bacia, sobretudo de Salvador e região, destaca-se, na sub-região do Médio Norte Mineiro, a presença de cidades como Montes Claros e Unaí. Montes Claros, centralidade tradicional da sub-região, vivenciou nos últimos 60 anos fortes oscilações em suas características demográfica e econômica. De altas taxas de crescimento do PIB registrados nos anos 1970 e 1980, em períodos de forte crescimento populacional, passaram-se por uma significativa queda nos anos 2000.

Quanto às sub-regiões da porção nordestina da Bacia é menos densa a rede de localidades centrais, embora seja conveniente ressaltar a histórica força econômica de alguns centros. Barreiras é um bom exemplo. Localizado na sub-região Médio Noroeste Baiano, o município de Barreiras tem mantido elevado crescimento do PIB, em face do forte incremento na produção agroindustrial. Esse dinamismo tem atraído populações migrantes procedentes de diversas regiões do país, inclusive emigrantes de estados com Paraná e Rio Grande do Sul. Já no Médio Sertanejo chama atenção o papel representado por Juazeiro e Petrolina, que assumem importante papel na prestação de serviços na região, seja na área de educação ou saúde. No Baixo Vale, Arcoverde, Penedo, Paulo Afonso e Piranhas, destacam-se no cenário urbano regional, tanto ao nível demográfico quanto econômico. É provável que sejam centros urbanos que, beneficiados com os investimentos em infra-estrutura regional, estejam atuando como pólos de “atração”: de migrantes da própria sub-região, diminuindo efeitos da emigração regional; de migrantes de sub-regiões vizinhas e de resto do Nordeste (inclusive fluxos de retorno provenientes do Sudeste).

FIGURA 5
Centros Regionais e Locais na Bacia do São Francisco



Considerações Finais

O conceito de região, mesmo que encerre controvérsias e que ainda persistam incongruências em torno de sua definição, tem se mostrado adequado à análise da realidade atual e sua operacionalização vai além de um simples procedimento metodológico. A partir da idéia de região, importantes dimensões do espaço geográfico podem ser resgatadas, o que permite a compreensão da totalidade sócio-espacial, em um dado momento histórico. A formação e consolidação da rede localidades centrais é um bom exemplo nesse sentido. A partir da

relação entre os núcleos urbanos emerge uma relação de poder econômico no espaço, o que remete a noção de territorialidades chaves.

A complexa geografia da bacia do São Francisco torna bem visível essas territorialidades. Resultado do processo histórico de formação e organização do espaço, a estruturação da rede de localidades dessa região é reconhecida pela formação de centralidades notáveis, que atuam como elementos na dinâmica econômica e demográfica do espaço regional. Nesses centros concentram-se pessoas, convergem fluxos de população e serviços, de informação e capital, etc., o que caracteriza a formação de uma rede de localidades. Em torno das centralidades podem ser identificadas zonas de convergência (de riquezas e pessoas), o que reforça a idéia de territorialidades chaves.

Observadas as sub-regiões da Bacia, é notável o comportamento diferenciado das territorialidades no interior da rede de lugares. No Alto Vale e no Médio Norte Mineiro, há, por assim dizer, uma consolidação na condição de “centralidade” que alguns lugares urbanos ensejam. Nas demais sub-regiões, aparecem as marcas da alta volatilidade na definição de localidades centrais, em que cidades mais tradicionais disputam esse status com centros urbanos mais recentes.

O presente trabalho, que incorpora uma proposta metodológica de investigação, identificou nódulos importantes da rede de lugares na região delimitada pela Bacia do Rio São Francisco, que, para efeito de avaliação de seus potenciais de desenvolvimento econômico, traz importantes evidências acerca das configurações históricas que a rede urbana na Bacia do São Francisco tem assumido, bem como, de suas inter-relações econômicas de integração e de disputas no espaço regional.

Referencias Bibliográficas

AMORIM e SERRA. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE e SERRA (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BECKER, B. K. Modernidade e Gestão do Território no Brasil: *Da Integração Nacional à Integração Competitiva*. Espaço & Debates, São Paulo, v. 11, n. 32, 1991.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A Teoria dos lugares centrais: O modelo de Christaller. In: _____. *Geografia Humana: Teoria e suas Aplicações*. Lisboa: Gradativa. 1977

CORREA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática. 1994.

CORREA, Roberto Lobato. *Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil até 1965*. Simpósio de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, n.274, 1968.

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constitui a rede de cidades no Brasil*. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pt. 1, p. 141-148, maio 1944.

DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem continua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte: UFMG. v.31.n.11. Setembro, 1993.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Belo Horizonte: Nova Economia. V. 6. n. 1. jul. 1996. pp. 77-102.

DUARTE, Aluísio C. Regionalização – considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, v.10, n.20, p.5-32, 1980.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: Rio de Janeiro, 1963.

GOMES, Paulo C. O Conceito de Região e sua discussão. In: _____ (org) et. al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NEGRI, Barjas, *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, páginas 15-99.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record. 2001.

¹ Trata-se, na verdade, de uma das etapas de um projeto de pesquisa maior, financiado pela FAPEMIG, intitulado: “*População e territorialidades chaves da rede de cidades da bacia do São Francisco*”, no qual foram incorporados outros objetivos além da proposta desse trabalho, incluindo as dimensões *geohistórica* e *ambiental*.

² Nesse momento, como bem destaca Duarte (1980), o termo região passa a ser frequentemente utilizado como sinônimo de espaço econômico. A Região funcional (ou nodal) é conceituada como região polarizada, tendo como referências as teorias de centralidade e de pólos de desenvolvimento. Por outro lado, a região homogênea ou uniforme era apenas de identificada semelhança de alguma característica ou variedade econômica. A região seria econômica por excelência, centrada em um pólo de desenvolvimento ou lugar central.

³ Baseia-se na identificação a partir da rede de drenagem, combinada a morfologia do terreno (abstraída pela representação altimétrica representada pelas curvas de nível).

⁴ Não obstante as controvérsias atuais sobre o que seja efetivamente cidade ou área urbana e por extensão área não urbana e/ou rural.

⁵ Belo Horizonte exibia, nesse momento, pouco mais de 50 mil habitantes, sendo apenas o sexto município em tamanho de população da bacia. O município com maior população residente, nesse mesmo ano, era Curvelo com 75.720 indivíduos.

⁶ Dos 456 municípios que integravam a bacia 292 (64%) ainda exibiam saldo migratório negativo em 2000. Boa parte desses municípios localiza-se no Médio Noroeste Baiano, Médio Sertanejo e Baixo Vale.

⁷ Foram utilizadas as bases do PIB municipal estimado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), cujos dados estão disponibilizados gratuitamente no *site* dessa mesma instituição.